

ISSN 2675-9934

Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José
Renato de Campos Araújo» (EACH/USP)

Nº 34 maio/2023

O I P P

Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José
Renato de Campos Araújo» (OIPP)

Conselho editorial

Agnaldo Valentin

Alexandre Ribeiro Leichsenring

André Gal Mountian

Cristiane Kerches da Silva Leite

Graziela Serroni Perosa

José Carlos Vaz

Ursula Dias Peres

Valeria Barbosa de Magalhaes

Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

Editor

André Gal Mountian

Vice-editor

Agnaldo Valentin

Produção e divulgação

Bianca Santos de Araujo

Isabella Fernanda Felix

Leticia Rodrigues Pereira

Contato

E-mail: boletimoipp@gmail.com

Rua Arlindo Bettio, 1000

03828-000

São Paulo/SP



Sumário

A ideologia da modernização e os circuitos da economia agrária: a quem serve o planejamento territorial do campo brasileiro?5

Heloísa Santos Molina Lopes

Internet e rádio encolhem desertos de notícias no Nordeste 12

Mariama Correia

População em situação de rua, barracas, microcenas e macrodramas 17

Eduardo Caldas e Martin Jayo

A ideologia da modernização e os circuitos da economia agrária: a quem serve o planejamento territorial do campo brasileiro?¹

Heloísa Santos Molina Lopes²

A ideologia da modernização se expressa no campo, de modo mais completo, no que Denise Elias (2011) denominou de Regiões Produtivas do Agronegócio, que são as formas hegemônicas da economia agrária, identificadas com o que Milton Santos (1978) chamou de Circuito Superior da Economia. As RPAs são regiões que concentram os maiores investimentos, sejam públicos ou privados, com o objetivo de garantir o atendimento às exigências dos capitais hegemônicos, sempre sedentos de infraestruturas, fundamentais para a manutenção da competitividade do agronegócio globalizado.

Inseridas de maneira subordinada nesse processo de modernização, encontram-se as agriculturas tradicionais e a agricultura familiar, que acessam de forma restrita aquelas infraestruturas, sejam elas voltadas à produção, à comunicação ou ao transporte. Essas formas menos modernizadas de agricultura compõem o Circuito Inferior da Economia Agrária.

A psicofera (SANTOS, 1996) dominante, que trata a modernização conservadora do campo como única alternativa viável

1 Comunicação oral apresentada na mesa intitulada “A noção de psicofera como instrumento para análise do planejamento e desenvolvimento territorial”, realizada em Sessão Livre no XX Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR) em 23 de maio de 2023 na UFPA – Belém-PA. Agradeço a leitura prévia do Professor André Mountian e a recomendação de submissão ao Boletim de Políticas Públicas.

2 Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ao desenvolvimento de amplas regiões do país, e tão bem representada pela campanha publicitária “agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo”, da Rede Globo de Comunicação, faz com que qualquer questionamento ao modelo produtivo adotado pelo agronegócio seja uma tarefa delicada. A associação direta entre o agronegócio e a produção de alimentos e de matérias-primas, bem como à abundância alimentar e ao abastecimento de um setor industrial pujante, mascaram um cenário de crescimento da fome e da insegurança alimentar e nutricional, assim como de desindustrialização no país (LAMOSO, 2013).

Os imperativos da competitividade fazem com que os investimentos públicos sejam direcionados ao atendimento das demandas do Circuito Superior da Economia Agrária (ELIAS, 2011), em detrimento às demandas do Circuito Inferior, reforçando processos de exclusão e de disparidades regionais historicamente presentes em nosso território. Assim, enquanto batemos recordes de produção e exportação agrícolas, vemos o índice de inflação dos alimentos superar a inflação geral, e a insegurança alimentar, a fome e a desnutrição infantil crescerem de forma alarmante. Mas, verificamos que juntamente a esse crescimento da fome e da insegurança alimentar, cresce também o consumo de alimentos ultraprocessados e de baixo valor nutricional.

Presenciamos uma alteração nos padrões alimentares da população brasileira, pois a ideologia da modernização chega também à mesa. Se historicamente os alimentos *in natura* ou minimamente processados eram acessíveis às camadas mais pobres, com os alimentos processados sendo mais comumente consumidos pelas classes médias e altas, verificamos hoje um acesso cada vez maior aos alimentos processados e ultraprocessados por toda a população. Ao mesmo tempo, o encarecimento dos

alimentos *in natura* faz com que as classes populares vejam seu acesso a esses alimentos cada vez mais restringido.

O desmonte de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que haviam criado garantias mínimas de acesso a alimentos saudáveis às populações de baixa renda, e de compra da produção e conseqüentemente de renda aos agricultores familiares, criou ainda mais obstáculos ao acesso regular à alimentação saudável.

Por outro lado, o acesso a alimentos não industrializados e produzidos de forma tradicional torna-se cada vez mais fator de diferenciação social. Segundo PALMIERI Jr (2017), a indústria de alimentos se aproveita da necessidade de diferenciação social pelo consumo investindo em determinados produtos ditos “de alta qualidade” ou *gourmet*. Ainda que muitas vezes o maior investimento se concentre em embalagens e marketing, esses produtos tornam-se objeto de desejo, criando novas valorações para seu consumo a partir da segmentação do mercado.

Mas, ao mesmo tempo que observamos esse processo de gourmetização em relação a produtos industrializados, observamos também uma tendência de encarecimento de produtos *in natura* e produzidos de forma tradicional, o que poderia propiciar o mesmo processo de segmentação de mercados.

Dados do IBGE e da Rede PENSSAN mostram que o consumo de frutas e hortaliças/vegetais vem diminuindo em nosso país, principalmente entre a população mais pobre, nos lares onde a pessoa de referência é preta ou parda, mulher, em domicílios com crianças, nas regiões norte e nordeste e também no campo. O acesso à alimentação saudável mostra-se evidentemente ligado ao acesso à renda, mas não é admissível considerar que

esse direito seja restrito a um segmento “diferenciado” da população, que pode pagar por ele.

Não se trata de mero empobrecimento da população e gourmetização dos produtos *in natura* e minimamente processados. O que as pesquisas recentes indicam é um relativo barateamento dos alimentos processados e ultraprocessados (MAIA, et al, 2020), relacionado à otimização de processos industriais, mas principalmente a um barateamento relativo de matérias-primas da indústria alimentícia, como soja, milho e cana-de-açúcar, devido ao apoio governamental a essas culturas e ao agronegócio, muito superior ao oferecido pelas políticas públicas destinadas à produção de alimentos pela agricultura familiar, segmento que historicamente é responsável pela produção de frutas, verduras e alimentos minimamente processados, como o arroz e o feijão (ainda que a produção desses últimos venha sofrendo processos de concentração e produção por outros segmentos agrícolas).

Assim, o questionamento acerca do preço de alimentos *in natura* e minimamente processados não se aparta do questionamento acerca da remuneração justa aos produtores desses alimentos.

Além dos incentivos governamentais relacionados à produção propriamente dita se direcionarem prioritariamente ao Circuito Superior da Economia Agrária, os investimentos logísticos, principalmente em grandes obras de infraestrutura ligadas aos sistemas de circulação do território também se destinam ao atendimento das demandas dos agentes do Circuito Superior. Podemos afirmar que o planejamento territorial do Estado brasileiro foi garantidor de infraestruturas que viabilizam a logística do Circuito Superior, mas o que foi feito pela logística do Circuito Inferior?

Se não basta apenas produzir, sendo necessário que o ciclo se complete no consumo das mercadorias, é fundamental garantirmos sua circulação, para que, como salienta (RAMOS, 2018), a função social do uso da terra ligada à produção de alimentos se realize.

A proposta feita por Bertha Becker (2007), quanto às questões logísticas, quando chamou a atenção para as especificidades da logística de alimentos, ao levantar a necessidade de uma “logística do pequeno”, capaz de garantir que pequenos produtores agrícolas tivessem acesso a mercados e inserção econômica, o que seria uma forma de garantir também o fornecimento de alimentos à população urbana mostra-se cada vez mais necessária. Sem que o planejamento territorial se volte também às necessidades específicas do Circuito Inferior da Economia Agrária o direito à alimentação adequada, previsto desde 2010 na Constituição Federal, e a segurança e soberania alimentares continuarão ameaçados em nosso país.

Referências Bibliográficas

BECKER, B. “Logística e nova configuração do território brasileiro: que geopolítica será possível?” *In*: DINIZ, C. C. (org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília: Ministério da Integração – IICA, Editora da Universidade de Brasília, 2007.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 153, 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>. Acesso: 18 mai. 2023.

LAMOSO, L. Indústria, desindustrialização e território. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 408–429, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2495>. Acesso: 18 mai. 2023.

MAIA, E.; DOS PASSOS, C.; LEVY, R.; BORTOLETTO MARTINS, A.; MAIS, L.; CLARO, R. What to expect from the price of healthy and unhealthy foods over time? The case from Brazil. **Public Health Nutrition**, n. 23(4), pp. 579-588, 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition/article/what-to-expect-from-the-price-of-healthy-and-unhealthy-foods-over-time-the-case-from-brazil/98FE380C358CCD2B25E99FFC7A4A8B9F> Acesso: 18 mai. 2023.

PALMIERI Jr, V. **A gourmetização de uma sociedade desigual**: um estudo sobre a diferenciação no consumo de alimentos industrializados no Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2017.

RAMOS, S. **Agricultura familiar e mercados institucionais**: horizontalidades no uso do território à produção e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos. Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN: relatório final. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <http://olheparaa-fome.com.br/> Acesso: 18 mai. 2023.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo, Edusp, 2004 [1978].

-----, **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.**
São Paulo, Edusp, 2002 [1996].

Internet e rádio encolhem desertos de notícias no Nordeste³

Mariama Correia⁴

O jornalismo local, conectado diretamente com as demandas da população, subsidia tomadas de decisão, que definem o destino das comunidades. Nos estados do Nordeste, veículos online e rádios são os que mais contribuem para robustecer a cobertura noticiosa de proximidade e reduzir desertos de notícias, como mostra o censo 2021 do Atlas da Notícia⁵.

Iniciativas digitais e rádios foram os segmentos com maior quantidade de veículos mapeados, muitos deles em locais onde antes não havia cobertura jornalística. Ao todo, 71 municípios nordestinos deixaram de ser classificados como desertos de notícias. A proporção de vazios noticiosos caiu 6%, na comparação com a edição passada. As reduções mais significativas dessas lacunas de cobertura aconteceram na Bahia (26 municípios) e na Paraíba (13 municípios). Mesmo assim, 62,4% dos municípios nordestinos ainda são desertos de notícias. É o segundo maior percentual do Brasil, um pouco abaixo da região Norte (63,1%), no primeiro lugar.

3 Artigo originalmente publicado no Observatório da Imprensa em 22 de fevereiro de 2022 (<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/atlas-da-noticia/internet-e-radio-encolhem-desertos-de-noticias-no-nordeste/>)

4 Jornalista formada pela Universidade Católica de Pernambuco e pós-graduada pela Universidade Federal de Pernambuco. É editora e repórter da Agência Pública. Foi repórter do coletivo de jornalismo investigativo e independente Marco Zero Conteúdo e do jornal Folha de Pernambuco. Já assinou matérias no The Intercept Brasil, em revistas da Editora Abril e em outras publicações. É idealizadora e cofundadora da Cajueira, uma curadoria do jornalismo independente nos estados do Nordeste. Pesquisa jornalismo local e desertos de notícias no Nordeste pelo Atlas da Notícia, um mapeamento do jornalismo no Brasil.

5 Para consultar os dados do Atlas da Notícia veja <https://www.atlas.jor.br/>

Foram mapeados 1171 veículos online, 990 rádios, 213 impressos e 207 TVs. Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco se destacam em termos de presença de organizações de mídia, enquanto em Sergipe há o menor volume de projetos, apenas 104. Mais de um terço (32%) do total de veículos online são blogs ou páginas noticiosas em redes sociais. Nelas predominam conteúdos sobre política, serviços e segurança pública. Informações sobre o avanço da pandemia, da vacinação e a ocupação de leitos de UTI nas cidades também ocupam o noticiário. O segmento online também inclui sites, portais, podcasts, newsletters, rádios e TVs digitais.

Fora dos grandes centros urbanos, ainda que com menos estrutura do que os veículos das capitais, o jornalismo local cumpre uma função social importante, denunciando problemas do cotidiano das cidades. Em Castelo do Piauí (PI), município de aproximadamente 20 mil habitantes no Centro-Norte piauiense, o Portal Web TV Castelo noticia questões como a falta de energia em alguns bairros e o despejo irregular de lixo, cobrando respostas do poder público. O veículo também agrega notícias de municípios da microrregião de Campo Maior, onde está localizado. Essa cobertura de alcance microrregional é recorrente no interior dos estados. A partir de uma cidade polo, as redações produzem – ou apenas reproduzem – notícias de municípios vizinhos, sem presença significativa da imprensa.

Modelos semelhantes de cobertura regional também são encontrados nas capitais. O portal Sete Segundos, por exemplo, tem sede em Maceió, mas mantém uma redação em Arapiraca, na Região Metropolitana do Agreste alagoano, que é formada por 14 municípios. Eles também têm correspondentes espalha-

dos pelo estado e um portal que agrega notícias da região da litorânea Maragogi, principal destino turístico de Alagoas e de Palmeira dos Índios, quarta maior cidade alagoana.

Além dos online, as rádios comunitárias têm grande presença nos municípios do Nordeste. Elas cumprem um papel informativo relevante, sobretudo em regiões onde o acesso à internet banda larga de qualidade não é garantido. Algumas emissoras têm estrutura de produção de conteúdo jornalístico, critério fundamental para o mapeamento do Atlas. Os conteúdos são apresentados geralmente em formato de entrevistas.

No município de Quijingue (BA), que já foi um deserto de notícias, a Rádio Quijingue promove debates sobre demandas da população e entrevista autoridades locais. A comunidade pode participar enviando perguntas pelo Whatsapp. A programação também é transmitida ao vivo pelo Facebook, potencializando o engajamento com os conteúdos.

Desertos de Notícias

Em 82% dos municípios do Rio Grande do Norte, os cidadãos não têm informações jornalísticas sobre o lugar onde vivem. O estado apresenta a maior proporção de desertos de notícia do Nordeste, resultado já observado na edição anterior do Atlas da Notícia. Quase 70% dos 137 desertos potiguares têm menos de 10 mil habitantes, considerando estimativas populacionais de 2020 do IBGE.

A capital Natal concentra a maior quantidade de veículos jornalísticos (52), seguida por Mossoró (19), segunda mais populosa do estado, considerada uma das principais cidades do interior nordestino por ser equidistante de Natal e de Fortaleza, capital do Ceará. Embora algumas cidades do interior se tornem

polos regionais de informação, por sua maior relevância econômica e/ou posição geográfica privilegiada, como é o caso de Mossoró, podemos afirmar que, no Nordeste, o jornalismo ainda se concentra nas capitais. As metrópoles aglomeram iniciativas jornalísticas e isso se dá por uma confluência de fatores, inclusive pela oferta de recursos financeiros, essenciais à sustentabilidade dos projetos.

Nativos digitais

A pesquisa do Atlas da Notícia se expande a cada edição. A base de dados do Nordeste chegou a 2581 veículos jornalísticos, como são considerados aqueles com periodicidade e produção própria de notícias em observância a critérios jornalísticos, como a apuração. Esses veículos representam 18,8% do total das iniciativas cadastradas.

Projetos independentes nativos digitais continuam despontando, como uma tendência já consolidada. Um exemplo é o Conquista Repórter, criado em 2021 por três jovens jornalistas, com notícias produzidas a partir de Vitória da Conquista (BA). Também no ano passado surgiu o Estado do Piauí, propondo uma abordagem aprofundada dos fatos. Há também um movimento de expansão de podcasts jornalísticos com sotaques nordestinos, como o boletim político cearense semanal As Cunhãs. O crescimento da podosfera nordestina gerou a criação da Rede Nordestina de Podcasts, no ano passado, que articula as ações com 40 iniciativas e está em diálogo com 130 podcasts, segundo o site de mídia nordestina negra do Ceará Negré.

Enquanto o digital se expande, os impressos recuam. Em 2021, três grandes jornais nordestinos anunciaram o encerramento das suas edições impressas: o Jornal do Commercio, no Recife (PE), o Diário do Nordeste, em Fortaleza (CE) e o jornal O

Estado do Maranhão. No Ceará, a cobertura local também perdeu espaço na televisão. O Diário do Nordeste pertence ao Sistema Verdes Mares, um conglomerado de mídia que possui TVs, rádios e sites. No início deste ano, o sistema de televisão encerrou produções locais da TV Diário.

Impactos da pesquisa

No Nordeste, o censo do Atlas da Notícia em 2021 contou com o trabalho voluntário de estudantes e professores de cursos de Jornalismo. As universidades federais da Bahia (UFBA) e do Cariri (CE) abriram programas de iniciação científica com pesquisas inspiradas pelo mapeamento do Atlas da Notícia, que se consolida como referência para trabalhos acadêmicos.

Na UFBA, os bolsistas do programa de iniciação científica participaram do levantamento de veículos e revisão dos desertos de notícias sob coordenação da professora Ivanise Andrade e tutoria do doutorando em Jornalismo João Guerra. Na Universidade do Cariri, em Juazeiro do Norte, o professor Ivan Satuf coordenou o trabalho dos estudantes voluntários. No Recife, alunos de Jornalismo da faculdade Uninassau participaram do levantamento, incluído como atividade em sala de aula pela professora Nataly Queiroz.

População em situação de rua, barracas, microcenas e macrodramas⁶

Eduardo Caldas⁷ e Martin Jayo⁸

A terra e a propriedade no Brasil ou são privadas ou são públicas. Quando são privadas, legal ou ilegalmente, são vistas como “minhas”. Quando são públicas, são “de ninguém” ou, muito esporadicamente, “do governo”. Sendo “de ninguém” ou “do governo”, nada mais justo que se tornem “minhas”. Dificilmente uma área, terra ou propriedade é vista como “nossa”. E não se trata de algo novo. Desde a Lei de Terras de 1850, as terras devolutas tornaram-se do Estado e a partir disso nenhum pobre ou ex-escravizado as ocupou, mas muitos grandes proprietários as grilaram.

Nas nossas cidades, de quem é a praça? “De ninguém” ou “do governo”. E sendo de ninguém, tem sido ocupada por desamparados pelo poder público, que ali instalam barracas para morar. De quem é o trecho de rua sem saída em que eu moro? “De ninguém”, e assim nada mais normal do que instalar portões e guaritas e fechar a rua, privatizando-a. Barracas de camping, guaritas de alvenaria: cada um privatiza com o que pode.

O cientista político Guillermo O’Donnell (1936-2011) publicou há 35 anos um artigo primoroso, intitulado Situações (Revista

⁶ Artigo originalmente publicado no Jornal da USP em 24 de maio de 2023 (<https://jornal.usp.br/artigos/populacao-em-situacao-de-rua-barracas-microcenas-e-macrodramas/>).

⁷ Docente do curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/USP).

⁸ Docente do curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (EACH/USP).

Novos Estudos, São Paulo, no 22, outubro de 1988), em que descreve “microcenças” da privatização do espaço público em São Paulo. Uma dessas microcenças se dá no trânsito, nas grandes avenidas onde motoristas avançam ziguezagueando entre pistas, tomando ávida e perigosamente para si cada nesga de espaço entre veículos que trafegam nas demais faixas de rodagem. Outra é o uso da vaga de estacionamento exclusiva para pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção por motoristas que não se encaixam nesse perfil, sob o argumento de que “se eu não o fizer, outro com certeza o fará”.

O’Donnell prossegue enumerando microcenças: a apropriação de praias ou trechos de praia por proprietários de casas em loteamentos ou condomínios de veraneio, o fechamento de vilas e ruas sem saída, a instalação de lombadas e quebra-molas para coibir o trânsito em bairros de classe média sem autorização pública. “Embora tenha viajado muito, não conheço outro país onde se tenha chegado a esse extremo”, diz O’Donnell, sobre essas diferentes modalidades de apropriação privada do espaço público.

Em complemento às microcenças, podemos lembrar também do estacionamento em fila dupla em frente às escolas; a ultrapassagem pelos acostamentos; a ocupação de calçadas por mesas e cadeiras de restaurantes e bares, impedindo a passagem de transeuntes, sobretudo de cadeirantes.

Recentemente, este tema do uso privado do espaço público, que de tempos em tempos volta a chamar a atenção por conta de vendedores ambulantes, retornou à tona em função de uma nova modalidade de privatização que é o uso de barracas pela população em situação de rua. Muitas ruas e praças tornaram-se uma modalidade de acampamento. Se até então havia da parte do poder público certa leniência com o pobre que ocupava

o espaço público, a fixação de barracas alterou o cenário, e a carga repressiva do poder público contra o pobre, contra a população morando na rua, tornou-se muito mais intensa, independentemente de qualquer esforço de resolver ou minimizar as causas da situação.

Em fevereiro de 2023, a Prefeitura de São Paulo publicou decreto que proíbe a montagem de barracas nas calçadas durante o dia. À noite a ocupação é tolerada; de dia o poder público as removerá. O município também tem legislação específica sobre o uso das calçadas, e nem por isso existe esforço da mesma ordem para que, em cumprimento a ela, as calçadas sejam adequadas aos pedestres e a obstrução por mesas e cadeiras seja evitada.

O secretário executivo de Projetos Estratégicos da prefeitura, Alexis Vargas, garantiu em entrevista à Rádio Bandeirantes, em 1o de abril, que a remoção de barracas só ocorre após aviso e negociação com a pessoa em situação de rua. Em suas palavras:

A gente primeiro passa com os técnicos de assistência social, avisando eles que ali vai ter uma limpeza e que eles precisam retirar os pertences. Só é apreendido quando eles se recusam a retirar. Quando é apreendido, fica à disposição no depósito da subprefeitura para que ele possa retirar e é sempre oferecido o acolhimento. A gente tem uma rede de acolhimento de 21 mil vagas.

Resulta interessante fazer um exercício de imaginação, no qual o mesmo secretário adapte suas ideias para os diferentes públicos igualmente privatizadores do espaço público. Vejamos como ficaria sua declaração, se voltada aos comerciantes proprietários de padarias e bares com mesas irregulares na calçada:

A gente primeiro passa com os fiscais de postura, avisando eles que eles precisam limpar a calçada e além disso têm que retirar definitivamente as mesas e cadeiras. Só é apreendido quando eles se recusam a retirar. Quando forem apreendidas, ficarão à disposição no depósito da subprefeitura para que ele possa retirar e será sempre oferecida uma relação de imóveis para alugar nas imediações dos seus negócios, para que possam melhor atender seus clientes e aumentar o número de mesas e cadeiras à disposição.

Ou então na entrada de uma vila de casas:

Nós gostaríamos que os senhores retirassem os portões, grades e guaritas. Nós só vamos fazê-lo se vocês se recusarem, e neste caso vamos poupar os seus esforços e mesmo o custo da remoção. Faremos a retirada e deixaremos à disposição no depósito da subprefeitura. Também temos à disposição uma lista de trabalhadores cadastrados, que podem realizar a instalação de grades e muros nos limites de suas propriedades privadas, se assim desejado.

A complexa partilha do espaço público (o que é de todos é “de ninguém”) permite retomar o artigo de O’Donnell para tratar da dificuldade de conciliar as microcenas da privatização do espaço com os macrodramas sociais. A dificuldade em tratar o espaço público como espaço de todos e compartilhá-lo é fato, e cabe aos

poderes públicos estabelecer as regras para tornar a apropriação desse espaço não só mais civilizada, mas socialmente mais equilibrada.